

Nº 3.255 - movimentar, nos termos do art. 421, §5º, da Parte III, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, ALINE DOS SANTOS, matrícula nº 264675, da faixa retributiva de AP-01 para AP-05, a partir da data da publicação.

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos da Diretoria-Geral nºs 448 e 821, de 2008, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.006580/2015-87, resolve:

Nº 3.256 - movimentar, nos termos do art. 421, §5º, da Parte III, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, MARTA PIRES NUNES, matrícula nº 247239, da faixa retributiva de AP-04 para AP-06, a partir da data da publicação.

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos da Diretoria-Geral nºs 448 e 821, de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.006640/2015-61, resolve:

Nº 3.257 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, VALDIR MANOEL DA SILVA para exercer o cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Júnior, AP-01, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Paulo Rocha.

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos da Diretoria-Geral nºs 448 e 821, de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.006619/2015-66, resolve:

Nº 3.258 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, ORLANDO PÉRICLES BRITO DE OLIVEIRA, matrícula nº 188028, do cargo, em comissão, de Assessor Parlamentar, SF02, do Conselho Editorial.

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no Ato do Diretor-Geral nº 821, de 2008, combinado com o disposto no artigo 350 do Regulamento Administrativo consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, e considerando que os requisitos constitucionais para aposentadoria foram preenchidos de acordo com a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas no Processo SF nº 00200.006401/2015-10 (fls. 107/108), resolve:

Nº 3.259 - aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor FERNANDO LUIZ VARELA, Analista Legislativo/Redação e Revisão, Nível III, Padrão S-45, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no Ato do Diretor-Geral nº 821, de 2008, combinado com o disposto no artigo 350 do Regulamento Administrativo consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, e tendo em vista o que consta no Processo nº 00200.00608212001-39, resolve:

Nº 3.260 - com base nos Acórdãos do Tribunal de Contas da União nºs 1.419/2007 e 4.109/2008, ambos da 1ª Câmara, e em cumprimento à decisão do Ministro Luiz Fux que negou seguimento ao Mandado de Segurança nº 27.906, impetrado por Maroly Gonçalves Lima junto ao Supremo Tribunal Federal contra ato do Tribunal de Contas da União, revogando a liminar anteriormente deferida, cancelar a cota de 50% (cinquenta por cento) da pensão vitalícia concedida a MAROLY GONÇALVES LIMA, na condição de ex-esposa pensionada, e nos termos do art. 223, inciso I, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para EUNICE FERREIRA DA SILVA, na condição de ex-companheira pensionada, alterando a cota da pensão vitalícia de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento), concedida pelo Ato do Diretor-Geral nº 2390/2003, dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ ALVES DOS SANTOS, matrícula 13230, a partir de 01/04/2015.

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos da Diretoria-Geral nºs 448 e 821, de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.006287/2015-10, resolve:

Nº 3.261 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, GEREISSAT RODRIGUES ALMEIDA para exercer o cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Sênior, AP-04, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Bloco Parlamentar União e Força.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 68, DE 9 DE ABRIL DE 2015

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do artigo 9º da Lei nº 8.112/1990 e considerando o contido no Processo nº 354.058/2014, resolve:

Nomear, em caráter efetivo, a candidata ALINE PINTO BARBOSA, habilitada em concurso público para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "A", Padrão 1, em vaga decorrente da aposentadoria de Edméa Paiva de Moraes Piazzis.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

PORTARIA Nº 69, DE 9 DE ABRIL DE 2015

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do artigo 9º da Lei nº 8.112/1990 e considerando o contido no Processo nº 354.067/2014, resolve:

Nomear, em caráter efetivo, o candidato EDVALDO RAMOS NOBRE FILHO, habilitado em concurso público para o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe "A", Padrão 1, em vaga decorrente da aposentadoria de Kathya Scarlet O'Hara Campelo Bezerra.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

PORTARIA Nº 70, DE 9 DE ABRIL DE 2015

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do artigo 9º da Lei nº 8.112/1990 e considerando o contido no Processo nº 354.065/2014, resolve:

Nomear, em caráter efetivo, o candidato MAXILENO VINICIUS DE SOUSA OLIVEIRA, habilitado em concurso público para o cargo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação, Classe "A", Padrão 1, em vaga decorrente da aposentadoria de Joas de Souza Gomes.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

PORTARIA Nº 71, DE 9 DE ABRIL DE 2015

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e com base na Emenda Regimental nº 36, de 2 de dezembro de 2009, resolve:

Prorrogar, pelo período de seis meses, a partir de 12 de março de 2015, a designação do Juiz Federal Substituto JURANDI BORGES PINHEIRO, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para continuar atuando como Magistrado Instrutor no Gabinete do Ministro Gilmar Mendes, conforme Portaria nº 189, de 9 de setembro de 2013.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

PORTARIA Nº 72, DE 9 DE ABRIL DE 2015

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso I do artigo 93 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Prorrogar a cessão, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até 12 de junho de 2016, do servidor FREDERICO AUGUSTO DE ALMEIDA SANTOS VELLENI, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para continuar exercendo a função comissionada de Diretor de Divisão, Código CJ-01.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

PORTARIA Nº 73, DE 9 DE ABRIL DE 2015

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso I do artigo 93 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Prorrogar a cessão, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até 6 de junho de 2016, da servidora MARÍLIA DE SOUZA DE MELLO, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para continuar exercendo a função comissionada de Supervisor de Seção, código FC-05.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

PORTARIA Nº 74, DE 9 DE ABRIL DE 2015

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 35 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Promover, por solicitação do Ministro Marco Aurélio, a seguinte alteração em seu Gabinete:

Exonerar MARIA ADRIANNA LOBO LEÃO DE MATTOS do cargo em comissão de Assessor de Ministro, nível CJ-3, a partir de 6 de abril de 2015.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SECRETARIA

PORTARIA Nº 166, DE 10 DE ABRIL DE 2015

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso I do art. 9º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pela Portaria nº 309 TSE, de 15 de maio de 2014, e considerando o contido no Procedimento Administrativo nº 6.882/2015, resolve:

Nomear, em caráter efetivo e observada a ordem de classificação, em virtude de habilitação em concurso público, a candidata NÍDIA ELIANE SANTOS CUNHA BARBOSA, para exercer, neste Tribunal, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "A", Padrão 1, em vaga decorrente da aposentadoria de Waner Vasil Alves Hristov.

LEDA BANDEIRA

PORTARIA Nº 167, DE 10 DE ABRIL DE 2015

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso VIII do art. 33 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pela Portaria nº 309 TSE, de 15 de maio de 2014, e considerando o contido no Procedimento Administrativo nº 33.943/2014, resolve:

Declarar vago, a partir de 13 de novembro de 2014, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, ocupado por VALERIO MOREIRA DE SANTANA, em decorrência de posse em outro cargo público, inacumulável.

LEDA BANDEIRA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 149, DE 7 DE ABRIL DE 2015

A VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício da Presidência, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o disposto na Portaria STJ n. 118 de 11 de maio de 2011, nos arts. 9º, I, e 10 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no art. 7º da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, alterada pela Lei n. 12.774, de 28 de dezembro de 2012, e nos Processos STJ 5185/2011 e STJ 10227/2014, resolve:

Art. 1º Nomeia, em caráter efetivo, para o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, classe A, padrão 1, os seguintes candidatos habilitados em concurso público realizado pelo Superior Tribunal de Justiça:

NOME DO CANDIDATO	ORIGEM DA VAGA
1. JULIANA MOURA DE SOUSA	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
2. KAYENE MARTINS GOMES DA SILVA	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
3. THALITA AVELINO MATEUS	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
4. LUIZA ANGELA DE SOUZA	Posse de Ariana Vieira Nunes Caixeta em outro cargo público, inacumulável
5. ELIAS NEVES ALENCAR	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
6. EMANUELLE BATISTA DE OLIVEIRA	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
7. ANA FLAVIA BORGES PAULINO	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
8. LORENE LOPES SILVA	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
9. MARIANA GARCIA CUNHA	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
10. IZABELA VILAS BOAS DA SILVA	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
11. LAURO VINICIUS NOBRE DE ABRANTE	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
12. ISABEL CRISTINA DE SA BITTENCOURT CAMARA E SILVA	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
13. JULYANE NEVES	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
14. PEDRO ALEXANDRE CONCEIÇÃO AIRES GONCALVES	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
15. LILIANA ORNELAS LACERDA	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
16. GABRIEL DE FASSIO PAULLO	Decorrente da Lei n. 12.991/2014
17. LUCAS HENRIQUE INACIO SANTOS	Exoneração de Pedro Eduardo Teixeira Fernandes.
18. FLAVIA LAMOUNIER DE MELLO	Posse de Mohamad Ale Hasan Mahmoud em outro cargo público, inacumulável

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

PORTARIA Nº 150, DE 7 DE ABRIL DE 2015

A VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício da Presidência, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o disposto na Portaria STJ n. 118 de 11 de maio de 2011, nos arts. 5º, § 2º, 9º,